

URB - MOV. RJ 3/A

SE LIGA NO Sinal



Informativo do CEPEL - Centro de Estudos e Pesquisas da Leopoldina
Ano 7 - Número 36 - Jul/Ago/Set 98

DENGUE HEMORRAGICO MATA !! SABIA?

Os dez anos do CEPEL

3

1988 - 1998: O QUE PODE ENSINAR A LINHA DO TEMPO

4/5

SE LIGA NO Sinalzinho

PARA LER E CURTIR
Para meninos e meninas
Nº 19 - ENCARTE

Para onde vai o movimento popular

6

ENTREVISTAS: DR. QUEIROZ E DRA. MARY BARAN

7



SISTEMA DE INFORMAÇÕES A NÍVEL LOCAL
JORNAL TRIMESTRAL PUBLICADO PELO CEPEL - CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS DA LEOPOLDINA, ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS PARA ASSESSORIA AOS MOVIMENTOS DA REGIÃO DA LEOPOLDINA

COMISSÃO EDITORIAL
Cristina M. (Kita) Eitler
Homero T. de Carvalho
Marize Bastos da Cunha
Victor Vincent Valla

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO
Norton Ribeiro
Eduardo Stotz
Denise Oliveira

ESTAGIÁRIO
Faculdade de Jornalismo UFF
Antonio Monteiro Stotz

APOIO ADMINISTRATIVO
Adilson S. Guimarães

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Homero T. de Carvalho
(Mtb 1127/05/65v -PR)

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO
Kita Eitler

PROJETO GRÁFICO
Caco Chagas
Kita Eitler

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA
Zona Criativa Ltda

APOIO KFS
JUVENTUDE CATÓLICA AUSTRIACA
FASE
ENSP/FIOCRUZ

O CEPEL autoriza reprodução total ou parcial dos artigos deste jornal, bem como sua utilização para fins educativos. Solicitamos citação da fonte e o envio de cópia em caso de publicação.

CEPEL: 10 ANOS DE LEOPOLDINA

Entidade acompanha as novas tendências dos movimentos populares

Ao longo de seus dez anos de existência, o Centro de Estudos e Pesquisas da Leopoldina procurou acompanhar as lutas por melhores condições de vida, desenvolvidas nessa região do município do Rio de Janeiro. Foram lutas que destacaram a combatividade de associações de moradores e grupos populares organizados. Algumas, desenvolvidas em aliança com profissionais envolvidos com a melhoria da qualidade de vida da população da região e dos serviços a ela oferecidos. A maioria, no campo da saúde e saneamento, cultura e educação. Todas criadas no dia a dia desta gente que vive e trabalha na Leopoldina, procurando sobreviver com dignidade humana.

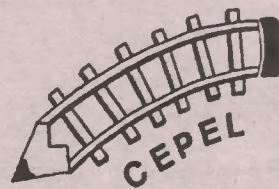
Desde que começou a circular em 1991, o SINALvem registrando parte destas lutas e as experiências de alguns de seus personagens, que muitas vezes parecem feitos heróicos de romances e novelas de TV. Coisa de quem precisa estar sempre criando novas formas de buscar a sobrevivência, enfrentar os problemas do dia a dia e unir forças diante de um inimigo, que muitas vezes não podemos ver e com quem nem sempre é possível se defrontar ou mesmo tentar dialogar.

Agora, marcando os dez anos do CEPEL, procuramos nesta edição do SINAL lembrar algumas dessas lutas. De certa forma, elas sofreram a influência do que estava acontecendo no país, no Estado e no município do Rio de Janeiro. Uma mudança de governo, um novo plano econômico levaram a população diante de novos desafios, levando a novas respostas. Mas muitas vezes, é a pressão popular que leva os governos a alterar suas políticas, criar novos órgãos e projetos que procurem responder aos problemas da população.

A nova conjuntura que vem se instalando nos últimos anos cria a impressão de que essas formas de embate com o Estado ou com quem detem o poder tenham chegado ao fim, uma vez que as manifestações populares

desapareceram. Mas a posição de quem trabalha no governo, tanto federal como estadual e municipal, têm bloqueado quase todas as formas de negociação, alegando que não há dinheiro para atender as reivindicações populares. Para nós, isto não quer dizer que não há dinheiro, mas que não há dinheiro para as reivindicações populares.

Há sim, para a Linha Amarela, para o novo Aeroporto Santos Dumont, para a nova estrada Leblon-Barra da Tijuca, para a continuação da maquiagem do Rio Cidade, para salvar os bancos particulares falidos e para os juros exorbitantes da dívida externa.



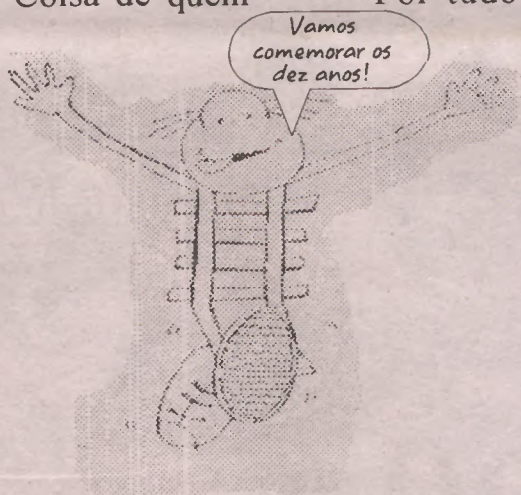
“A população não acredita mais que o governo tem interesse em negociar as reivindicações dos trabalhadores.”

Por tudo isso, acreditamos que há duas tendências dos movimentos populares e as duas representam uma nova postura da sociedade com relação aos governos. A primeira, conhecida nacionalmente, é a do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que não fica só na conversa com o governo: parte para a ocupação de terras não produtivas e de donos que não pagam seus impostos. Ou seja, não se acredita mais que os

governos têm interesse em negociar terras para os pequenos agricultores morarem e plantarem.

Uma segunda tendência é a dos pobres se defenderem através de projetos de apoio mútuo e acredita que os governos têm interesse em negociar as suas reivindicações. Então, procura resolver muitos dos seus problemas por mutirão. O CEPEL tem acompanhado este movimento na região da Leopoldina, visitando e registrando as experiências de quem está tentando resolver seus próprios problemas.

Qualquer que seja a tendência, acreditamos que as duas apontam para o lema do Grito dos Excluídos do último dia sete de setembro: **ORDEM é ninguém passar fome; o PROGRESSO é o povo feliz.**



Como nasceu a proposta do CEPEL? Como foi a trajetória de dez anos da entidade?

Da "capacitação técnica" à "construção compartilhada do conhecimento".

Victor Valla



Reunião de elaboração da cartilha "Se Liga Gente, o dengue está aí"

A proposta do CEPEL surgiu dentro da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP), da Fundação Oswaldo Cruz. Nasceu a partir das palavras "serviço público", no sentido de que a ENSP é um serviço público do Ministério da Saúde. Alguns professores e pesquisadores achavam, em 1987, que cabia a ENSP não somente formar profissionais de saúde para trabalhar no serviço público, mas que cabia também a formação técnica das lideranças comunitárias, já que toda a sociedade paga impostos para a ENSP/Fiocruz poder funcionar.

No início, a proposta do CEPEL foi fundamentada pela idéia de "capacitação técnica". Com isso, os técnicos do CEPEL queriam dizer que as lideranças comunitárias do movimento popular tinham freqüentemente uma boa formação política, mas faltaria a elas informação técnica sobre como funcionam os hospitais, centros de saúde, o sistema de água e esgoto, a escola pública, etc. Dessa constatação, veio a idéia de criar um "centro de estudos e pesquisas", para poder estudar e investigar aqueles dados que o movimento popular precisaria para poder melhor reivindicar seus direitos. Foi

criada a metodologia da "pesquisa científica do ponto de vista popular", que seria uma investigação séria, mas de acordo com os interesses das classes populares.

Esse centro - o CEPEL - trabalharia com três tipos de informação: a informação pública, aquela que vem dos governos; a informação científica, que vem das universidades; e a informação popular, aquela que vem do dia a dia das classes populares. A questão principal para o CEPEL era: como fazer com que as três informações criem uma imagem da realidade em que vivem as classes populares melhor do que qualquer uma das três conseguiria fazer sozinha? Em dez anos de atuação, a equipe do CEPEL foi descobrindo que as informações vindas das comunidades freqüentemente entravam em conflito com as informações provenientes dos governos.

Talvez, uma das descobertas mais importantes do CEPEL foi que o trabalho da entidade não devia se restringir a repassar informações às lideranças comunitárias. Na realidade, tinha que haver uma "construção" de uma nova informação, que seria um tipo de "sopa", onde entravam as informações detidas pelos moradores, juntamente com as informações que surgiam da investigação

"Em dez anos de atuação a equipe do CEPEL foi descobrindo que as informações vindas das comunidades freqüentemente entravam em conflito com as informações provenientes dos governos."

científica. Daí surgiu uma nova proposta de trabalho: a construção compartilhada ou desigual do conhecimento. Compartilhada porque tinha ingredientes do povo e do pesquisador (uma sopa), e desigual, porque cada um, com sua própria história de vida, saberes diferentes e sua própria escolarização, tem igual importância na construção do conhecimento.

A idéia de criar o boletim informativo "Se Liga No SINAL" foi a expressão desse proposta. "SINAL" significa "Sistema de Informação a Nível Local" e a cada edição, propõe a criação de uma rede de pessoas (lideranças comunitárias, profissionais do serviço público, pesquisadores) que contribuem, com suas informações, para a produção das matérias, propiciando a circulação da informação sobre a atuação das entidades entre si e delas para a população.

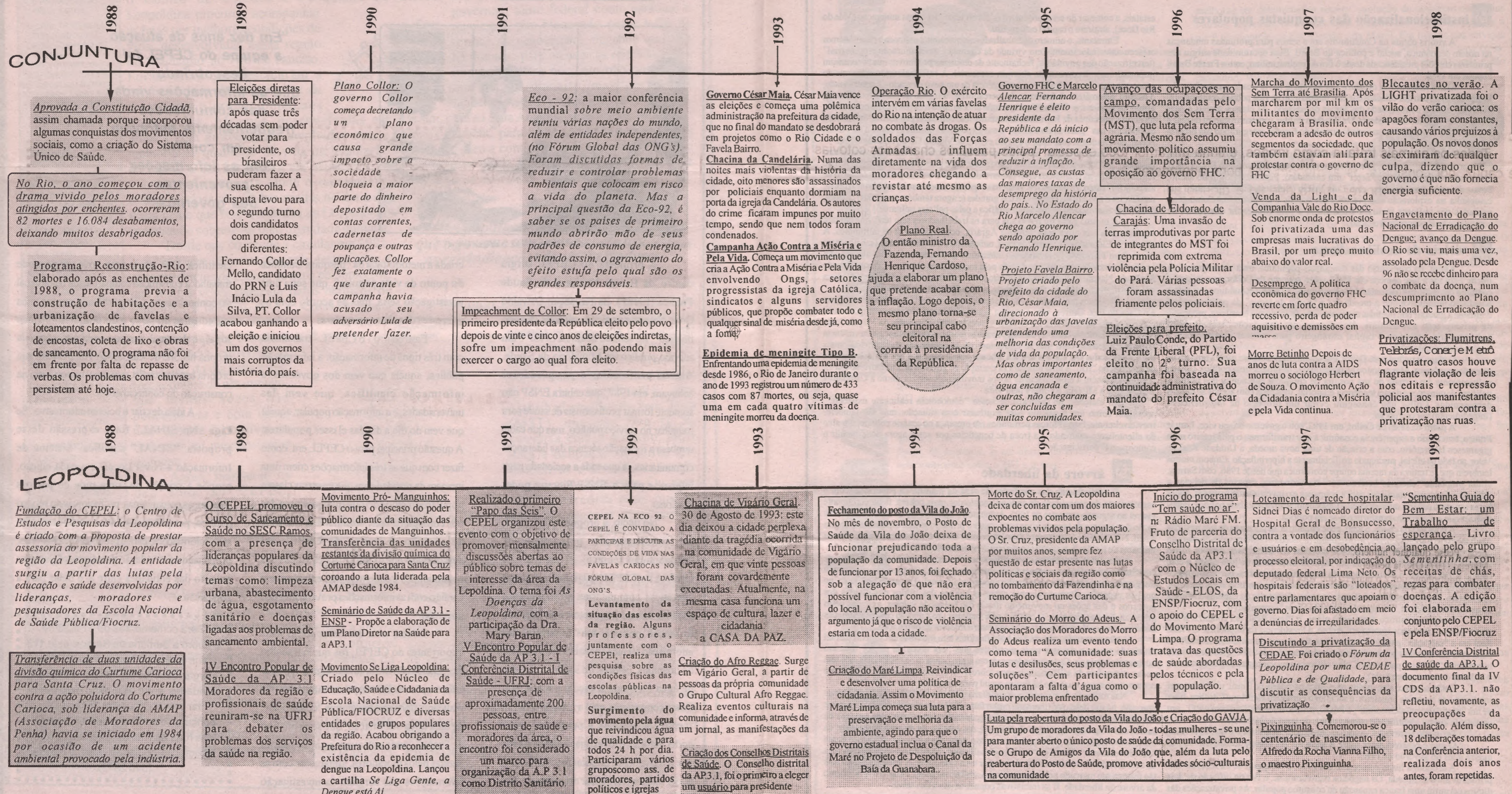
.....
Será comemorada de 17 à 26 de outubro a Semana de Ramos pelo 112 aniversário do bairro. Para isso os organizadores promovem diversas atividades entre as quais o baile popular com a Orquestra Tabajara e concurso de redação sobre a história das ruas de Ramos. Informações na Biblioteca Popular de Olaria e Ramos (590 2641).
.....



1988-1998: AS MUDANÇAS DO BRASIL E DA LEOPOLDINA NA LINHA DO TEMPO

Marcando os dez anos do CEPEL, publicamos algumas das lutas ocorridas na Leopoldina com as quais a entidade esteve direta ou indiretamente ligada. De certa forma, elas sofreram a influência do que estava acontecendo no país, no Estado do Rio de Janeiro e no município. Por essa razão, os acontecimentos locais estão publicados ao lado dos eventos que marcaram os últimos dez anos no país, no estado ou no município. Como fonte de pesquisa foi utilizado o CED-Vida / Centro de Documentação das Condições de Vida da Leopoldina, mantido pelo CEPEL.

A pesquisa foi realizada por Marise Cunha, Norton Ribeiro, Denise Oliveira e Antonio Stotz. Veja a análise do mesmo período na página 6.





UMA ÉPOCA EM TRÊS TEMPOS

O lugar do movimento popular nos últimos dez anos da história do país.

Em 1988, o conjunto das forças políticas, partidárias e não partidárias alinhadas no campo popular, conseguiram estabelecer na Constituição dispositivos que, ao recuperar a democracia após 20 anos de ditadura militar, transformaram em direitos as aspirações de liberdade civil e política, de redistribuição da riqueza e de desconcentração do poder político.

institucionalização das conquistas populares

A vitória obtida na Constituinte era a senha para profundas mudanças na ordem econômica, social e política do Brasil. Essa oportunidade surgiu nas primeiras eleições presidenciais desde o fim do regime militar, com a Frente Brasil Popular em 1989.

Mas a transição da ditadura à democracia havia ficado incompleta. As limitações ao direito dos cidadãos comuns interferirem na vida política continuaram, deixando claro a continuidade das forças do passado. As classes sociais e seus porta-vozes - que haviam sustentado a ditadura militar - apenas trocaram de non e e, continuaram dirigindo a sociedade através do Estado, assegurando sua própria sobrevivência.

Percebendo o risco de perder as eleições presidenciais para a Frente em 1989, acuadas politicamente pela primeira vez em toda a História do Brasil, essas forças optaram por apoiar e "fazer" um candidato, Fernando Collor de Mello, brotar do nada, para disputar com Luís Inácio (Lula) da Silva. Basearam sua campanha na exploração dos preconceitos sociais e do medo, na chantagem, apoiados por vultosos recursos financeiros e pela influência dos meios de comunicação. E venceram a eleição.

vitória do neoliberalismo

Assim, na contramão das conquistas populares, uma nova época tem início. Esta nova fase começa em 1990, sob o governo de Collor, que iniciou o conjunto das políticas batizadas de "neoliberais". O plano econômico imposto à população já indicava que a moeda era a "pedra de toque" da política estatal destinada a garantir que medidas como abertura da economia brasileira, programa de privatização das estatais, as reformas das legislações trabalhista e previdenciária, atraíssem o capital estrangeiro para retomar investimentos e negócios dentro do país.

O plano econômico de Collor, entretanto, fracassou, em meio a uma grave recessão econômica. Mas se tratou principalmente de uma derrota política. Isolado politicamente em virtude de sua postura de completa autonomia dos partidos políticos dominantes e de sua tendência ditatorial, mesclada com acenos às massas despossuídas, Collor não conseguiu evitar um processo de *impeachment* (impedimento) por corrupção.

A partir da saída de Collor, em 1992, sob o governo de seu vice, Itamar Franco, tem início a experiência econômica que transformou o país inteiro num gigantesco laboratório, com a criação de uma nova moeda, a Unidade Real de Valor, ao lado da oficial, suscitando artificialmente a hiperinflação. Embora muitos lembrem que se tratava da mesma equipe econômica que desde 1986, com Sarney, vinha propondo "choques heterodoxos" na economia, capazes de debelar a inflação e retomar as condições para a poupança e o investimento privados, agora havia um novo cenário internacional e também uma nova realidade política. Pode-se dizer que a economia transformava-se em política.

A nova moeda criada, o Real, pôde estabilizar-se por causa de três medidas fundamentais: a sobrevalorização do câmbio (a moeda brasileira valendo mais do que o dólar), a captação de vultuosos recursos em dólar para compor fortes reservas internacionais, garantida por meio de altas taxas de juro pagas a esse capital e, por último, a desindexação da economia que acabou por restringir-se aos salários. Se o "milagre" era brasileiro, o "santo" era, contudo, mais uma vez, estrangeiro. Havia uma disponibilidade enorme, gigantesca de capitais em busca de maior rentabilidade, um capital conhecido como "especulativo".

O objetivo político desse novo plano, o Plano Real, era conduzir o seu gestor público, Fernando Henrique Cardoso, à Presidência da República. O Plano Real era a "salvação" para todos os setores das classes dominantes, fazendo-os mais uma vez conciliar o sono do pesadelo das eleições de 1989, quando o Brasil literalmente "rachara" pelo meio (Collor obtivera uma vantagem de pouco mais de 4 milhões de votos sobre Lula).

Então acontece algo inédito na política partidária no Brasil: um tradicional intelectual da esquerda brasileira, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, líder de um "partido social-democrata", o PSDB, propõe uma coalizão com o PFL, um partido de direita identificado com os donos de terra do Nordeste.

Fernando Henrique Cardoso elege-se como o presidente do Plano Real.

O que é possível dizer sobre a situação das classes trabalhadoras nos quatro anos do governo de FHC?

A economia havia começado, em 1994, a recuperar-se da recessão dos primeiros anos da década. Os negócios reativaram-se, o fim da inflação de dois dígitos permitiu uma franca expansão do consumo popular. As privatizações das

estatais, a começar do setor produtivo (siderúrgicas), depois na mineração (Vale do Rio Doce), atraíram o capital estrangeiro.

Entretanto, o número de trabalhadores sem carteira assinada e de autônomos cresceu assustadoramente, em virtude da chamada "reestruturação empresarial" (terceirização das atividades, fechamento de empresas produtivas que se tornaram importadoras), decorrente da abertura comercial. A informalização crescente da economia significou, além disso, a emergência de um novo mercado - o contrabando, o assalto sistemático de bancos e de mercadorias, o tráfico de drogas pesadas, de armas, os sequestros. O Brasil, mais do que uma simples rota das máfias criminosas, tornou-se uma área de lucrativos investimentos, com seus genocídios localizados explodindo nas "guerras do tráfico" e nas expedições punitivas como a da Favela Naval, em Diadema, repetindo o trágico evento de Vigário Geral, na Leopoldina.

A "modernização" da sociedade brasileira tornou-se assim um verdadeiro pesadelo. Na "democracia realmente existente" que passamos a ser desde o fim do regime militar, as liberdades civis (como o direito de ir e vir) e políticas (como o de associação) estão virtualmente suspensas quando a soberania sobre o território, nas favelas e nos bairros periféricos das grandes (e agora também as médias) cidades, é exercida alternadamente pelo narcotráfico e pelas polícias militares.

A mesma sorte foi reservada para os trabalhadores sem terra que haviam iniciado uma luta ativa pela Reforma Agrária, ocupando terras de latifúndios. A chacina de Eldorado de Carajás, no Pará, radicalizou o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), levando-o a intensificar as ocupações e a fazer aliança com os movimentos dos sem teto ou de luta pela moradia nas cidades, como na Grande São Paulo. Nascia daí um novo movimento social, o Grito dos Excluídos, que reverbera as vozes diárias contra a fome, a miséria, a falta de direitos e de liberdade.

Pequenos movimentos vão nascendo nesse contexto, como o Afro Reggae e a Casa da Paz. Outros, sem a mesma notoriedade mas não menos importantes, como o grupo Sementinha e o GAVIDA, entidade de moradores da Vila do João, evidenciam também como as classes populares mantêm-se vivas apesar da violência e da precariedade com que se defrontam. A sensibilidade das camadas mais intelectualizadas das classes médias urbanas com a sorte dos oprimidos e o temor de um retorno "frio" à uma ditadura (a exemplo do governo de Fujimori, no Peru), permitiu também a emergência de novos movimentos sociais, como a Campanha Ação contra a Miséria, a Fome e pela Vida.

As eleições, no contexto de nossa "democracia realmente existente", aparecem como um momento para expressar essa situação, mas são também, inevitavelmente, face às forças partidárias em presença no cenário político, um alvo do clientelismo renovado - a troca de benefícios por votos agora pode incluir o componente "participação".

árvore da liberdade

O agravamento das condições de vida da maioria da população, com o esgotamento da capacidade de endividamento dos mais pobres, ficou claramente visível no segundo semestre de 1996. Aumentou o desemprego no final de 1997, em razão do aumento da taxa de juros para conter o primeiro ataque especulativo contra o real. Não há mais crescimento econômico nem horizonte, principalmente para os milhares de jovens que anualmente entram no mercado de trabalho.

As elites econômicas e políticas brasileiras abandonaram o modelo de crescimento econômico sustentado no mercado interno e as preocupações com a integração social baseada no trabalho assalariado formal. Trocaram por outro, no qual se especula alternativamente sobre os valores dos títulos das dívidas dos governos e das ações no movimento diário das bolsas de valores, agitadas pelas privatizações das gigantescas estatais, sem qualquer preocupação com os resultados disso em termos de crescimento e renda para a maioria da população.

Nesse sentido, somente os trabalhadores têm interesse em superar o atual estado de coisas e recusar mais sacrifícios que, "em nome da nação", querem novamente impingir. Os trabalhadores vivem outro universo de referências, não têm poder, dependem da solidariedade para sobreviver. É deles que nasce o sentimento comunitário sem o qual não há futuro social para a maioria.

Nas milhares de experiências cotidianas, muitas efetuadas sob condições de opressão, há um desejo de liberdade muito forte. Cada vez mais aumenta o interesse das pessoas das classes populares pela organização das escolas, dos serviços de saúde, das empresas em estado de falência, das igrejas, da diversão e do lazer, da arte. Estes espaços da vida social em nosso país, abandonados pela elite como "desinteressantes" diante do "mundo globalizado", constituem-se nos ambientes de exercício da liberdade criativa, de luta por uma vida digna. A igualdade, num país tão fortemente marcado pelo monopólio e o arbítrio do poder, exige o florescimento da árvore da liberdade. E as iniciativas populares são a sua seiva.

ENTREVISTA

SAÚDE PÚBLICA SIM, SENHOR!

Antonio Monteiro Stotz

Para esta edição comemorativa dos dez anos do CEPEL, entrevistamos o Dr. Brivaldo Queiroz, morador da Leopoldina desde 1937, que dirige o PAM-Ramos há mais de uma década e a Dra. Mary Baran, que dirigiu o Posto XI na década de 80 e hoje é Coordenadora de Epidemiologia da Secretaria Municipal de Saúde. Dois profissionais de saúde falam de sua trajetória e trabalho na Leopoldina.

entrevista
com

Dr. Queiroz

SINAL: Doutor Queiroz, como o senhor analisa a sua trajetória aqui na Leopoldina nesses últimos dez anos?

Dr. Queiroz: Desde que nasci me dedico à Leopoldina. Abdi quei de várias coisas na minha vida por esse ideal, de melhora do atendimento de saúde da nossa região.

Então, quando assumi a direção do Pam-Ramos, já havia participado de todo o projeto de reforma sanitária que estava sendo feito naquela época, em que começava o processo de ações integradas de saúde na nossa área. Isso dentro da ENSP

SINAL: É a época dos Conselhos Gestores de Saúde?

Dr. Queiroz: Não, é antes disso. Isso foi primeiro com as Ações Integradas de Saúde, depois o GEL (Grupo Executivo Local). Quando fui pra direção do PAM participei ativamente desse processo. Lutamos por muitas coisas, pela participação do público nisso tudo, que é o mais importante.

Venho participando assiduamente de todas as reuniões do Conselho Distrital de Saúde. Com isso eu tenho sentindo uma série de coisas uma série de necessidades levantadas pelas Conferências, pelo processo de discussão, pela própria necessidade da população. Teve um momento que a gente criou um grupo de trabalho em que reuníamos todas as Emergências da área, mensalmente, para resolver os seus problemas. Também teve um outro período em que a gente desenvolveu uma atividade para que a urgência do HU abrisse as suas portas para os PAMs. Essa discussão foi sucitada por mim, fui sensibilizar ainda os outros PAMs, porque não estavam acreditando ainda na proposta, não havia crédito, o quê que HU pudesse dar... o pouco que a gente conseguiu na época foi bastante. E até abriu, de certa maneira, um melhor relacionamento entre o HU e a área.

SINAL: Fale um pouco sobre o PAM-Ramos.

Dr. Queiroz: No momento em que assumi a direção do PAM-Ramos comecei a me preocupar com outras necessidades que também não eram do perfil dos PAMs. Percebia a necessidade da criança portadora de grande deficiência ser atendida num só lugar. Então tentei amarrar esse atendimento aqui no posto. No começo só ficamos com fonoaudiologia, mas depois desencadeamos aqui na área, como pioneiros, um processo de participação de uma ONG no processo de saúde, junto com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Era uma novidade: uma unidade federal se integrando com uma municipal, que não era nem de saúde, junto à uma ONG, a SOAGREIP. Conseguimos manter uma equipe grande. E trouxemos também a fisioterapia para o adulto. Hoje temos 850 usuários por mês nessa atividade de reabilitação.

SINAL: Como o senhor está vendo as mudanças na região da Leopoldina nesses últimos dez anos?

Dr. Queiroz: As mudanças nesses dez anos... talvez mudanças em planejamento possam ter existido, mas os recursos de saúde estão estacionados. Se formos falar por outros ângulos vemos

melhoras em determinados setores, evolução do comércio em alguns bairros, regressão em outros; uma socialização maior das pessoas a nível dos complexos (do Alemão e da Maré). Em relação aos serviços de saúde as unidades estão mais deficientes. Mas eu falo uma coisa: desesperançoso eu não sou. Estou nessa luta há muito tempo e não desanimo. Vou lutar sempre.

entrevista
comDra. Mary
Baran

SINAL: Conte um pouco da sua história na Leopoldina.

Dra. Baran: Em 1985, fui chamada pelo Fernando William para chefiar o departamento de Epidemiologia do Posto XI, na Penha. Fiquei um ano

e assumi a direção do Posto de 86 a 90. Passei a travar contato com as associações de moradores e com outros grupos da região, como o CEPEL e o Sementinha. Passei também a participar do GEL (Grupo Executivo Local). Foi aí que conheci mesmo o bairro da Penha.

Lá na Penha nós éramos bem atuantes, tínhamos o Conselho Comunitário, que atraía um montão de gente. Foi criado nessa época o objeto Arrastão, que funcionava assim: uma comunidade era eleita para ser visitada por nós do Posto. Era uma visita modelo, em que tirávamos sangue, pressão, fazia-se vigilância epidemiológica, carteiros de identidade, essas coisas. E a escolha do local que iria ser visitado era uma guerra, as comunidades disputavam muito entre si. Foi por causa disso que o projeto terminou, dessas discussões que surgiam quando íamos agendar as visitas.

Em 90 eu era coordenadora do GEL, participei bastante do movimento de reivindicação por um melhor atendimento de saúde. Também fui coordenadora da CEAP, mas por muito pouco tempo, pois logo fui chamada para a Secretaria Municipal de Saúde, onde ainda estou.

SINAL: Como é a sua ligação com o Leopoldina agora? Seu espectro de ação deve ser mais geral hoje em dia...

Dra. Baran: Pois é, hoje a minha atenção é mais geral, aqui na Secretaria nós temos que estar mais ligados a cidade como um todo. É um trabalho muito mais abrangente. Mas mantemos uma boa ligação com a Fiocruz. Participamos do último Congresso de Saúde Pública, temos boa representação no Conselho Municipal de Saúde. Acho que deixamos a desejar apenas, em termos de participação, no Conselho Distrital de Saúde.

Eu perdi um pouco a ligação que tinha com a área. Na época em que trabalhava no Posto XI essa ligação era muito grande. Acho até que depois da minha saída esse elo se enfraqueceu, não vejo mais um trabalho tão forte com as comunidades.

SINAL: Como a senhora avalia a Leopoldina nesses últimos dez anos?

Dra. Baran: Como já disse, estou um pouco distante. O que tenho notado é um aumento dos investimentos em saúde na região. Óbvio que existem problemas que são crônicos, como a falta de pessoal, mas houve uma melhora geral. O que acho fantástico é o grupo Sementinha ainda existir, estar lançando um livro. Elas fazem um trabalho muito bonito. Assim como o CEPEL, que é importante para região.



O que saiu e sumiu da imprensa - Publicamos algumas notícias que estiveram recentemente nos cantos das páginas dos grandes jornais brasileiros e que o Se Liga no SINAL considerou importante por achar que elas podem ajudar a entender o que está se passando no Brasil e no mundo. Infelizmente, a própria imprensa não deu continuidade aos assuntos das notas.

Palavra da ONU: calote é a solução para a dívida externa

Para se defender de ataques especulativos às suas moedas, os países emergentes que estão sofrendo crises de liquidez ou de insolvência devem suspender o pagamento da dívida externa e adotar o controle cambial. Estas são as propostas do Relatório deste ano da Conferência da Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad). (...) Jean Kregel, consultor do organismo, diz que a crise atual não é exclusiva dos países em desenvolvimento mas fruto da globalização e da liberação dos fluxos de capital. Ele indentifica grande semelhança entre a atual crise financeira internacional e a Grande Depressão de 1929. (...) Kregel calcula em 25% a chance de repetição da maior crise da história econômica mundial. (Jornal do Brasil - 16/09/98)



Prefeitura do Rio esbanja recursos em propaganda

Segundo um levantamento da Comissão de Orçamento da Câmara de Vereadores, o prefeito Luiz Paulo Conde gastou R\$ 16,4 milhões do orçamento municipal em publicidade durante 1997, seu primeiro ano de governo. Para se ter uma idéia do que representa esse volume de recursos, o prefeito anterior, César Maia gastou de 94 a 96, cerca de R\$ 20 milhões. Em 98, a publicidade da administração de Conde entrou na mira da justiça eleitoral, quando o município foi condenado pelo uso do slogan *O que é bom tem que continuar* em placas de obras da prefeitura. A frase foi considerada propaganda indevida de César Maia para o governo estadual pelo Tribunal Regional Eleitoral. (Jornal do Brasil - 30/08/98)

Eleitor prefere candidato honesto, mas o título da matéria é outro

"29% preferem quem rouba, mas faz". Este é o título da matéria publicada pela *Folha de São Paulo* (30/08/98) que informa que 67% dos eleitores paulistas preferem os candidatos honestos. No entanto, o destaque foi dado para os 29% que acham que "mais vale um candidato a governador que faça muita coisa, mas que roube um pouco, do que um que seja totalmente honesto, ainda que faça menos." Ao destacar as opiniões minoritárias, o jornal não terá perdido uma oportunidade de contribuir para desmentir a lenda da desonestidade generalizada no Brasil? Afinal, se político desonesto existe, é porque o candidato já era uma fraude. Aqui e em muitos outros países.

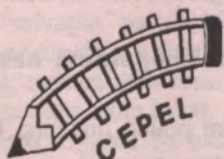
Brasil entra em campo como "bola da vez"

A revista inglesa *The Economist* analisa a possibilidade de o Brasil ser a bola da vez na crise internacional. (...) O pior da história, segundo ela, seria o Brasil seguir o exemplo da Tailândia, da Coreia do Sul e da Rússia e gastar todas as suas reservas para defender a moeda, para depois ter de desvalorizá-la. Para a *The Economist*, as eleições constituem um problema adicional, já que o presidente Cardoso não quer enfrentá-las abandonando tudo que vinha defendendo até agora. (Jornal do Brasil - 18/09/98)

Dinheiro de campanha eleitoral é mal controlado

Para o presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, Nelson Schiesari, o sistema de prestação de contas de candidatos após o período eleitoral é "hipócrita". Segundo ele, os tribunais eleitorais "não querem ser homologadores de contas mal prestadas, mas essa é uma das questões mais difíceis de resolver. Por maior que seja a disposição das autoridades eleitorais não há como. O procedimento é evidentemente hipócrita porque os partidos declaram que vão gastar tanto e gastam cinco, dez, 20 vezes mais. A lei não prevê sanções concretas. É daquelas coisas que estão na cara e não há como pegar porque são os políticos que fazem as leis." Segundo ele, para mudar essa situação "o Brasil está profundamente necessitado de uma reforma política." (Folha de São Paulo - 15/09/98)

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS DA LEOPOLDINA



Rua Uranos 1496, sala 401
Tel/ Fax: 590 1998
E. Mail: ongcepel@ax.apc.org
Olaria - Cep: 21060 070
Rio de Janeiro

IMPRESSO

SE

Sinal NO

Se você gostou do SINAL, faça uma assinatura. Você estará contribuindo para a continuidade deste trabalho. Assinatura anual: R\$ 10,00

NOME: _____

PROFISSÃO: _____

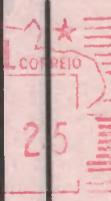
ENDEREÇO: _____

TEL: _____

BAIRRO: _____

CEP: _____

CIDADE: _____



CPV-CF
R. São
Bata V
São Pa

SE
IGA
NO
SI
NAL